

17/08/2011

Plano de Carreira dos servidores do Poder Judiciário e Ministério Público da União



Nesta quarta-feira (17), a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados promoveu uma audiência pública para discutir os projetos de lei 6613/2009 e 6697/2009, que propõem, respectivamente, a revisão salarial dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União. A audiência ocorreu devido à aprovação do requerimento nº 21/2011, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes(PT/MG), que tinha como finalidade identificar o melhor sistema remuneratório dos servidores.

A audiência foi presidida pelo Deputado Cláudio Puty(PT/PA), e a mesa foi composta pelo Secretário-Geral do Ministério Público Federal, Lauro Pinto Cardoso Neto, o Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Ferreira, o Diretor do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União (SINASEMPU), Anderson Machado, e o representante do Movimento Pró-Subsídio, servidor do Tribunal Regional eleitoral de Santa Catarina, Alexandre Melquior.

O Secretário-Geral do MPF defendeu o subsídio como modelo ideal para a modernização da gerência e gestão do MPU e também como forma de reduzir a defasagem salarial. Segundo ele, há uma alta rotatividade de servidores no Órgão: cerca de 40% dos analistas e 33% dos técnicos pedem exoneração logo após a posse, migrando para carreiras mais atrativas, e os que já estão trabalhando há mais tempo estão desmotivados por conta da defasagem.

Corroborando essa argumentação, o Diretor do SINASEMPU justifica que pesquisa da entidade junto à categoria mostrou que mais de 80% dos servidores apoiam a remuneração por subsídio e apenas 13% defendem a manutenção do sistema atual, baseado em vencimento básico acrescido de gratificações.

Alexandre Melquior também defendeu este modelo como o melhor para os servidores, a sociedade e o governo, aduzindo que o projeto original do STF não corrige as distorções salariais existentes e o substitutivo do Deputado Policarpo(PT/DF), apresentado à Comissão, piora a situação.

Por sua vez, o Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento ponderou que, assim como no Poder Executivo, as carreiras exclusivas de Estado devem ser remuneradas através de subsídio para dar maior previsibilidade orçamentária e transparência à remuneração dos agentes públicos. Asseverou, ainda, que a reivindicação é justa e necessária para diminuir a evasão dos servidores do Poder Judiciário para outros cargos, mas precisa se adequar aos limites orçamentários, sobretudo com a iminência de uma crise econômica mundial.

O Deputado Policarpo(PT/DF) defendeu o modelo remuneratório original e demonstrou preocupação com a diferença remuneratória entre as carreiras de técnico e analista.

(Cristiano Osório)

Esta matéria tem caráter informativo, sem cunho oficial.

Permitida a reprodução mediante citação da fonte.

Assessoria Parlamentar

Tribunal Superior do Trabalho

Tel. (61)3043-4572